

# Senado vai votar medidas e a lei dos manicômios

## ACM reserva a manhã de quarta para garantir a limpeza da pauta

• BRASÍLIA. Na quarta-feira, todos os senadores estarão dedicados às medidas provisórias do ajuste, exatamente como os deputados. Mas na terça-feira e na quinta, eles terão tempo livre para votar propostas que tramitam no Senado. Na terça-feira, por exemplo, o Senado votará o projeto de lei complementar que regulamenta a extinção progressiva dos manicômios. O projeto é do deputado Paulo Delgado (PT-MG).

Se for aprovado, voltará à Câmara, porque os senadores o modificaram. Por precaução, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), reservou a manhã da quarta-feira para também apreciar o projeto dos manicômios, caso não consiga limpar a pauta na terça.

### Senadores querem ouvir governadores sobre estados

Ainda na terça-feira, a Comissão de Economia do Senado estará envolvido em uma grande polêmica. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Peres (PSDB-AM) querem o comparecimento dos 27 governadores de estados e do Distrito Federal para falar sobre a sua situação financeira. Para isso, a comissão deverá aprovar um requerimento feito pelos dois senadores.

Mas o presidente do Senado não quer que os governadores ocupem o Senado, principalmente o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), que deseja falar na quarta-feira sobre a situação financeira de seu estado. Antônio Carlos teme que Itamar Franco esvazie o Senado, justamente no dia em que deverão ser votadas as medidas provisórias do ajuste fiscal.

### Segundo turno da CPMF começa na quinta-feira

Na quinta-feira tem início, no Senado, o primeiro dia de debates, em segundo turno, da emenda constitucional que prorroga por três anos a cobrança da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e aumenta a sua alíquota de 0,2% para 0,38% nos primeiros 12 meses e para 0,30% nos 24 meses seguintes.

Na primeira semana de funcionamento da Câmara e do Senado em regime de convocação extraordinária, os senadores levaram vantagem sobre os deputados. Eles puderam votar em primeiro turno o aumento e a prorrogação da CPMF, além de um projeto que facilita o uso do solo urbano para a população de baixa renda. ■

O GLOBO

10 JAN 1999